



AEMinho

Associação
Empresarial
do Minho

RELATÓRIO E CONTAS — **2024**

ÍNDICE

I. MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	2
II. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2024.....	4
Missões Empresariais e Estratégias de Internacionalização.....	4
Webinars.....	5
Eventos de <i>networking</i>	7
Participações.....	11
Outras Atividades.....	11
Comunicação.....	12
III. ÓRGÃOS SOCIAIS	14
Constituição dos Órgãos Sociais.....	14
Assembleias Gerais.....	18
IV. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS.....	19
V. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO.....	19
VI. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS... 19	19
VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	19
VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	20
Balanço em 31 de dezembro de 2024.....	20
Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2024.....	21
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período de 2023 e 2024.....	22
Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2024.....	23
Anexo em 31 de dezembro de 2024.....	24
IX. PARECER DO CONSELHO FISCAL	47
X. RELATÓRIO DE AUDITORIA	48

I. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Associados,

O ano de 2024 marcou o início de funções de uma nova Direção da AEMinho, eleita em abril, que veio com o propósito de continuar o trabalho realizado no primeiro mandato da vida da Associação, acrescentando novas dinâmicas e abordagens naquele que deve ser o exercício que mais enriquece a vida associativa, a diversidade e a pluralidade de contributos e ações. Vivemos um turbilhão de alterações significativas na conjuntura política, económica e social da Europa e do Mundo, que coloca novos desafios às economias nacionais e, naturalmente, às empresas. Nesse contexto, o papel de uma Associação Empresarial com o ADN da AEMinho ganha uma renovada importância, trazendo com isso novas realidades e desafios, aos quais teremos de dar respostas. Se por um lado a situação política nos EUA, parece colocar a Europa em alerta, por outro pode representar a oportunidade de apostarmos em novos mercados e estimularmos o mercado interno. Por sua vez, os cenários de guerra na Europa e noutras geografias relevantes, mantêm o clima de instabilidade aceso. A própria situação política em Portugal, com constantes interrupções nos ciclos de governação e com os sucessivos episódios que envolvem os nossos governantes em nuvens de descrédito, não contribuem positivamente em conjugação com os cenários previamente mencionados.

Foi nesta azáfama de acontecimentos e incertezas que desenvolvemos esta primeira parte do nosso mandato, com o foco em sermos a voz crítica, mas cooperante, positiva, mas realista sempre que fomos chamados a nos pronunciar ou intervir sobre estes acontecimentos. Valorizamos eventos e iniciativas focadas em temas concretos e que sejam relevantes para os empresários da região, estimulamos e ampliamos a nossa relação com novos instrumentos financeiros, trazendo os seus agentes para o seio da associação e dos seus associados.

Quisemos estar mais próximos dos associados, ampliando o número e frequência de visitas às suas instalações, promovendo o diálogo e tentando sempre ouvir as suas visões e preocupações. Mantivemos a orientação para a Internacionalização, com a ampliação de participação em câmaras de comércio de diversas geografias, além de missões empresariais, como aconteceu como Kosovo. Não esquecemos a responsabilidade social com a realização de diversas iniciativas, nomeadamente a Gala Solidária. Continuamos a cumprir o Minho como um só, abrindo as portas de uma sede nova em Viana do Castelo. Foi um ano intenso, com forças revigoradas para sermos cada vez mais a voz das empresas do Minho, num organismo que as representa e acima de tudo no qual elas se revejam.

Quero agradecer às funcionárias da AEMinho, Margarida Rossi, Angélica Novera, Filipa Freitas e Isabel Castro todo o empenho, ajuda e iniciativa. Elas são o verdadeiro motor que faz as coisas acontecerem numa associação dirigida por empresários que têm a sua vida já bastante preenchida. A todos os membros dos órgãos sociais, à comissão executiva e aos nossos prestadores de serviços externos, contabilista, ROC e advogado pela ajuda incansável e essencial. Este relatório de contas é o espelho de uma gestão cuidada, rigorosa e assertiva que resulta do trabalho destas pessoas, que nos ajudam todos os dias. Um agradecimento especial ao nosso Conselho Fiscal e, não posso deixar de mencionar, à Vice-Presidente da Comissão Executiva para a área financeira, Isabel Carneiro, que supervisiona de forma exemplar a execução e gestão financeira da Associação desde o primeiro dia, permitindo que os demais se foquem nas atividades e iniciativas. A AEMinho é uma grande equipa, desde os associados, passando pelos dirigentes e funcionários, à qual tenho a honra de presidir desde maio de 2024, num desafio que tem tanto de exigente como de reconfortante. Somos todos transitórios nos cargos e a Associação será maior do que qualquer individualidade. Obrigado a todos. Bem hajam.

Seguimos juntos.

Ramiro Brito

Presidente da Direção da AEMinho

II. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2024

Em 2024, a AEMinho promoveu aproximadamente 140 atividades, abrangendo diversas áreas de atuação. Estas iniciativas foram orientadas para responder às necessidades da sua massa associativa, com enfoque em temas atuais, na promoção da internacionalização e na valorização dos seus associados.

No âmbito da internacionalização, a AEMinho participou numa missão empresarial ao Kosovo e desenvolveu iniciativas com entidades espanholas, destacando-se a parceria com a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola (CCILE) no projeto PROCOL e a colaboração com o Clube de Empresários de Vigo. Reforçámos ainda a nossa rede internacional com colaborações com entidades de diversos países como Irlanda, Kosovo, Polónia, Marrocos, Senegal, Brasil, Canadá, China e Singapura, promovendo o acesso a mercados estratégicos e fortalecendo oportunidades para os associados.

Realizámos 27 *webinars*, dos quais 24 foram sessões do formato *Speed Talks*. No que respeita ao networking, organizámos 14 eventos, além de participações em diversas outras iniciativas enquanto parceiros ou coorganizadores.

Em matéria de comunicação, os indicadores evidenciaram um crescimento face ao ano anterior, o que confirma o reforço da notoriedade e do reconhecimento público da AEMinho.

O número de associados da AEMinho em 31 de dezembro de 2024 era de 234, mais 14% face a 2023 (202). Este crescimento pode ser interpretado como um sinal positivo da atratividade, relevância e confiança crescentes da associação junto do tecido empresarial da região. Demonstra também uma capacidade de mobilização e valorização da proposta da AEMinho, reforçando a sua posição enquanto entidade representativa e dinamizadora do ecossistema empresarial minhoto.

MISSÕES EMPRESARIAIS E ESTRATÉGIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

Missões Empresariais

A AEMinho participou numa missão empresarial ao Kosovo em junho de 2024, realizada pela Embaixada do Kosovo em Portugal, onde integramos uma comitiva nacional.

Estratégia de Internacionalização

No âmbito da internacionalização, desenvolvemos várias iniciativas em colaboração com entidades espanholas, nomeadamente com a Câmara de Comércio e Indústria

Luso-Espanhola (CCILE), da qual somos entidade parceira no projeto PROCOL, e com o Clube de Empresários de Vigo.

Estabelecemos ainda colaborações com a AJEPC – Associação de Jovens Empresários Portugal-China, com a PAIH – Agência de Investimento Polaca, com a Embaixada do Canadá, com a AICEP do Senegal, com o Singapore Economic Development Board (EDB), com a FUNCEX – Fundação para o Comércio Exterior do Brasil, com a Câmara de Comércio, Indústria e Serviços de Portugal em Marrocos (CCISPM), com a IPBN – Ireland-Portugal Business Network e com a CCIP – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa.

Estas interações evidenciam a amplitude e a diversidade das parcerias internacionais estabelecidas pela AEMinho, demonstrando uma estratégia clara de aproximação a mercados globais e entidades relevantes em diferentes geografias. Ao colaborar com organismos de investimento, câmaras de comércio e redes empresariais de países como Irlanda, Kosovo, Polónia, Marrocos, Senegal, Brasil, Canadá, China e Singapura a AEMinho reforça a sua posição como facilitadora de oportunidades para os seus associados no contexto da internacionalização. Espera-se que destas ações resultem missões empresariais e novas iniciativas relacionadas com mercados externos.

Esta rede de cooperação internacional é um ativo estratégico que contribui para o fortalecimento da competitividade regional e para a projeção externa das empresas do Minho.

WEBINARS

SPEED TALKS

As *Speed Talks* são *webinars* de curta duração, 30 a 45min (máx.), que preveem sessões privadas com o(s) orador(es) de 15min no final. Os temas apresentados são variados, sendo seleccionados de acordo com a sua pertinência. Realizámos em 2024, 24 *Speed Talks* a saber:

- *Speed Talks* Com Paula Miranda | As principais estratégias de venda num mundo em constante transformação.
- *Speed Talks* com Compass | Capital de risco: Qual a utilidade para a minha empresa?
- *Speed Talks* com Pagero | Transformação digital: a faturação eletrónica no panorama empresarial português.
- *Speed Talks* com Érre Technology | O quão segura está a sua empresa? - Riscos e consequências de ter a sua infraestrutura desatualizada, vulnerável e sem suporte.

- *Speed Talks* com Tiago Oliveira e Pedro Fraga | O *Software Box* em Portugal.
- *Speed Talks* com Carla Quitério e Jorge Lobo | Otimização Fiscal do Património Imobiliário no Setor da Indústria.
- *Speed Talks* com Progest | Transformar Ideias em Realidade: O que esperar dos Projetos Financiados ainda em 2024.
- *Speed Talks* com Patentree | Apoios à PI em 2024: Fundo PME 2024 e SIID.
- *Speed Talks* com DoGood People | Acelerar a transição sustentável envolvendo os colaboradores.
- *Speed Talks* com PRO_MOV | A Urgência da Requalificação.
- *Speed Talks* com Antas da Cunha | Regime Geral da Prevenção da Corrupção.
- *Speed Talks* com Ayming | Os Apoios à Qualificação das PME do PT2030.
- *Speed Talks* com KNOWER | Inovações Tecnológicas.
- *Speed Talks* com Estrategor e SPSM | Internacionalização das PME – Operações Individuais (PT 2030).
- *Speed Talks* com Brighten Consulting | “Desafios na implementação da CSRD - *Corporate Sustainability Reporting Directive*”.
- *Speed Talks* com Érre Technology | NIS2: desvende a nova diretiva de cibersegurança da EU.
- *Speed Talks* com DE-CIX | *Atlantic Convergence*: unindo continentes com infraestrutura digital.
- *Speed Talks* com HEDA | Tratamento de Dados Pessoais - A evolução do RGPD.
- *Speed Talks* com Yotta Consulting | PT2030 e PRR: Oportunidades de financiamento ainda em 2024 e principais fatores para aprovação das candidaturas.
- *Speed Talks* com Egor | Desafios de um mercado com talento escasso e recrutamento complexo.
- *Speed Talks* com Pagero | A faturação eletrónica como uma oportunidade.
- *Speed Talks* com Future Mind | Gerar Leads Qualificadas: Como Alinhar Marketing e Vendas para o Sucesso.
- *Speed Talks* com EFFISUS | Futuro das Fachadas: Inovações e Tendências no Mercado Atual.
- *Speed Talks* com Dribble | *Branding*: Como reforçar o posicionamento da sua marca em 2025.

Número médio participantes nas *Speed Talks*: 30 pessoas

AEMINHO TALKS

As *AEMINHO Talks* são *webinars* onde os temas apresentados são variados, normalmente de duração acima de 60 minutos, para a apresentação ou explicação de algum tema ou iniciativa que entendemos relevante. Realizámos em 2024, 3 *AEMINHO Talks*, a saber:

- Sessão de esclarecimento | Iniciativa Recibos de Vencimento - Exclusivo Associados.
- Sessão de esclarecimento | Iniciativa Recibos de Vencimento - Exclusivo Associados.
- Apresentação do "Programa Nova SBE VOICE Leadership".

EVENTOS DE NETWORKING

Jantares-Debate

Com o objetivo de trazer para a esfera da AEMinho personalidades relevantes da sociedade e da cena política nacional, a AEMinho organiza periodicamente Jantares-Debate para discussão de temas da mais alta importância para o ecossistema empresarial do Minho. Em 2024 foram realizados os seguintes:

- Jantar-Debate | Relatório Draghi - Estratégia para Competitividade Europeia.
Oradores convidados: Paulo Cunha, Ana Catarina Mendes, Ricardo Valente, João Cerejeira. Moderado por António Costa (Jornal ECO).

116 participantes.

Debate & Sunset

De modo a criar um formato de debate mais informal, a AEMinho organizou este formato de debate, no qual é privilegiado o *networking* empresarial.

- Debate & Sunset | O novo aeroporto de Lisboa e a linha TGV.
Oradores convidados: Alberto Castro, Jorge Sobrado, Ricardo Rio, Rui Moreira, Frederico Francisco. Moderado por António Costa.

97 participantes.

Outros Jantares

- *Get Together Around Innovation* | Jantar com a Ministra da Juventude e da Modernização.
Oradores convidados: Domingos Bragança, Ramiro Brito, Margarida Balseiro Lopes.

40 participantes.

Business Talks e Business Drinks

Foram organizados *Business Drinks* e *Business Talks* sobre diversos assuntos, a saber:

- *Business Talks* | Via Verde para a Internacionalização.
Entidades convidadas: Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Caixa Geral de Depósitos e a Yunit Consulting.
- *Business Talks* com Antas da Cunha ECIJA | Simplex Urbanístico: Principais Alterações.
Entidades convidadas: Câmara Municipal de Guimarães, Antas da Cunha ECIJA.
- *Business Talks* com Antas da Cunha ECIJA | Simplex Urbanístico: Principais Alterações| Técnico Jurídico para Câmaras Municipais.
Entidades convidadas: Câmara Municipal de Guimarães, Antas da Cunha ECIJA.
- *Business Talks* com Abreu Advogados | ESG e as oportunidades de crescimento de negócio.
Entidades convidadas: Abreu Advogados, Grupo Érre.
- *Business Drink* com Knowler e CRC Advogados | Aspetos fundamentais da Contratação Pública.
Entidades convidadas: CRC Advogados, Knowler Tech.

Número médio de pessoas por Business Talk/Drink: 30 pessoas.

Grandes Formatos

Get Together Around Sustainability

Casa das Artes de Famalicão - fevereiro 2024

O evento *Get Together Around Sustainability*, subordinado ao tema “**A Mobilidade como Fator de Desenvolvimento e Motor da Transição Energética**”, foi a segunda edição do Fórum de Sustentabilidade, que constituiu um espaço de reflexão estratégica e partilha de conhecimento centrado no papel crítico da mobilidade nas políticas de sustentabilidade e na transição para uma economia verde.

Durante o evento, foi debatida a importância da implementação de políticas de mobilidade sustentável, enquanto instrumento estratégico para a transformação dos

modelos económicos e sociais, tendo em vista a neutralidade carbónica e o cumprimento das metas ambientais nacionais e europeias.

Foram ainda discutidas as oportunidades associadas à inovação tecnológica, ao planeamento urbano inteligente, ao investimento em transportes públicos eficientes e à promoção de soluções de mobilidade suave e partilhada, sempre com enfoque na necessidade de integração das políticas de mobilidade com os objetivos de coesão territorial, inclusão social e competitividade económica.

Oradores: José Palma de Oliveira (UL); António Carlos Rodrigues (CASAIS) e Elisabete Marinho (IKEA); Cristina Correia (PRIO); Nuno Carvalho (CAETANO BUS); Fernando Santos (Ordem dos Engenheiros); Assunção Crisas (VdA) e António Costa Silva (Ministro da Economia). Moderação: Maria Grego (PreZero).

3º Aniversário da AEMinho CCVF – Guimarães – maio 2024

I) Conferência O Estado da Arte

A celebração do aniversário da AEMinho marca uma data importante da história da associação, que se traduz num momento de reflexão sobre o percurso traçado, sobre a relevância das atividades desenvolvidas e sobre as nossas intervenções no espaço público.

A AEMinho trouxe pela ocasião do seu terceiro aniversário a discussão de temas da maior relevância para o ecossistema económico-social da região e do País, com a conferência **O Estado da Arte** subordinada ao tema **"A Inteligência Artificial e a Humanização da Tecnologia"**.

O debate sobre **"A Inteligência Artificial e a Humanização da Tecnologia"** torna-se importante num modo de repensar a realidade que será o futuro da Humanidade. Ou da atualidade, considerando que esta é a revolução tecnológica do nosso tempo, da qual não nos podemos dissociar, sob a pena de perdermos o comboio.

Trouxemos este tema a debate, pois temos a obrigação de trabalhar juntos para garantir que a Inteligência Artificial é utilizada para os fins certos, o que significa investir em investigação e desenvolvimento de IA ética e responsável, criar uma regulamentação adequada e abrir o debate sobre o futuro desta tecnologia.

Oradores convidados: Adolfo Mesquita Nunes, Ricardo Gil Santos, Liliana Sousa Bernardino, Paulo Dimas, Pedro Vidigal Monteiro, Liliana Antão.

II) Sunset de Celebração do 3º Aniversário

O *Sunset* de Celebração do Aniversário da AEMinho contou com a presença de empresas associadas, instituições da região e amigos.

Nº de participantes: 275.

III) Oferta de obra de arte urbana

A AEMinho na celebração do seu terceiro ano de existência, de modo a ir de encontro ao tema do aniversário, ofereceu uma obra de arte urbana ao Município de Guimarães. A produção artística designada de HUMANUS ficou a cargo do escultor Pedro Podre, que captou todo o conteúdo subjacente à mensagem que se pretende transmitir, criando uma obra disruptiva e de forte mensagem, onde mostra como a IA é uma ferramenta com a capacidade de transformar o mundo tal como o conhecemos, trazendo vantagens e desvantagens que dependem da maneira como a utilizamos.

A obra teve o apoio da MCA Group e do Centro Cultural Vila Flor (local onde se encontra). Por motivos que ultrapassam a AEMinho, aguardamos ainda a data para a inauguração e oficialização da doação da obra ao município de Guimarães.

Gala Solidária AEMinho 2024

Teatro Sá de Miranda, em Viana do Castelo

A Gala Solidária AEMinho é um evento de Solidariedade Social, Cultura e Filantropia, que pretende juntar a sua comunidade empresarial num evento social de charme, num edifício emblemático - o Teatro Sá de Miranda, em Viana do Castelo, e com o nobre propósito de angariar fundos para uma entidade de solidariedade social. Na segunda edição foram reunidos mecenas para oferecer uma bolsa de estudos integral a uma jovem do Minho, sendo a gestora da bolsa a "Corações com Coroa", uma instituição amplamente reconhecida pelo seu trabalho sobre a causa feminina. Os mecenas desta bolsa em 2024 foram: Cachapuz; Controlsafe; Crispim Abreu; DSTelecom; Fema; Grupo IFT; Mecwide; Navarra; Sonix; Veloso e Associados; Mundo Têxtil; Infinit Label; Transportes João Pires; Riopele.

Foi uma celebração que contou ainda com homenagens de mérito a personalidades da nossa sociedade.

- i) Mérito Académico: Leonel Antunes,
- ii) Mérito Empresarial: Manuel Painhas,
- iii) Liberdade e Democracia: José Alexandre Oliveira.

Juntam-se a esta celebração José Cid e Tozé Brito, HMB, Associação Musical de Vila Nova de Anha e Flash Li Dance, num espetáculo acompanhado pela Orquestra ConSpirito e apresentado por Mário Daniel.

Grow! Empowering Leaders, Elevating Lives.

Salão Medieval da UM – Braga – novembro 2024

Organizada pela **AEMinho** em colaboração com a **Business Roundtable Portugal (BRP)**, a primeira edição do Fórum de Produtividade, **Grow! Empowering Leaders, Elevating Lives**, contou com o apoio da PwC e da Deloitte, e foi dedicada ao tema **“Productivity: Achieve More. Live Better.”**. Este fórum reuniu líderes empresariais e especialistas num debate estruturante sobre os desafios e oportunidades da produtividade em Portugal, através de três painéis dinamizados pelas entidades parceiras.

Oradores: Carlos Moreira da Silva (Presidente do BRP), Carlos Mota Santos (Mota Engil), Ana Fernandes (Sonae Arauco), Ramiro Brito (Presidente da AEMinho); Nuno Melo Loureiro, Data & AI Director (PwC) - Speaker e Moderador; Paulo Ferreira dos Santos (Fundador e CEO UbiRider), José Machado (Diretor ALGORITMI Research Centre, UMinho); Paulo Gaspar (Partner at Deloitte) - Speaker e Moderador; Susana Braga (Chief Strategy Officer DST), Nuno Pereira (CFO Mecwide); Abertura: Ricardo Rio (Câmara Municipal de Braga).

PARTICIPAÇÕES

Em 2024, a AEMinho consolidou a sua relevância institucional através de uma participação ativa em mais de 30 iniciativas externas, nas quais foi regularmente convidada a intervir como oradora ou moderadora. Esta presença constante em fóruns, conferências, seminários e debates reflete o reconhecimento do papel da Associação enquanto entidade representativa do tecido empresarial do Minho e voz qualificada no debate sobre políticas públicas, desenvolvimento regional, inovação e competitividade económica.

OUTRAS ATIVIDADES

Mês da Economia de Guimarães

A AEMinho – Associação Empresarial do Minho foi, uma vez mais, convidada a participar no **Mês da Economia** organizado pela Câmara Municipal de Guimarães, em 2024 sob o tema **“Motores da Nova Economia – Net zero, Criatividade e Inovação**

Colaborativa", com o objetivo de promover o diálogo sobre as questões relacionadas com a Economia e Inovação no concelho de Guimarães e na região.

Focado na inovação, na criatividade e no papel que os diferentes agentes económicos devem assumir num mundo que se quer mais sustentável e consciente. É fundamental entender qual a influência que a criatividade e a inovação colaborativa têm na concretização destes objetivos, sendo que está nas mãos destes atores a definição de políticas que efetivamente contribuam para que os objetivos propostos sejam alcançados. Aproveitando o facto de esta ser uma região que conta com um fortíssimo tecido económico industrial, turístico e académico, exemplos de boas-práticas em todo o mundo e, por esse motivo, altamente credenciados para fomentar uma discussão saudável e profícua em torno do papel que a economia local e nacional deve assumir num futuro que já é presente.

A AEMinho foi desafiada mais uma vez a ser parceira desta iniciativa da Câmara Municipal de Guimarães. Para responder a esse desafio, a AEMinho apresentou um programa dinâmico com abrangência territorial e institucional e que colocou em debate vários temas em linha com a nossa ação, no âmbito do tema "Motores da Nova Economia – Net zero, Criatividade e Inovação Colaborativa", em outubro de 2024, que incluiu os seguintes eventos:

- *Get Together Around Innovation* | Jantar com a Ministra da Juventude e da Modernização.
- *Business Talks* com Abreu Advogados | O ESG e as oportunidades de crescimento de negócio.
- A Transformação Digital da Indústria e dos Processos | Siemens, Casais, ESI Robotics, Universidade do Minho e CCG/ZGDV. Moderação AWS.
- Investidores AEMinho, no âmbito da *Techstars Startup Week*.

COMUNICAÇÃO

A estratégia de comunicação da AEMinho tem assumido um papel central na consolidação da sua presença institucional e no reforço da sua influência no ecossistema económico e empresarial da região.

Comunicados de Imprensa

Ao longo do período em análise, foram emitidos 27 comunicados de imprensa, que resultaram em 433 referências nos meios de comunicação social nacionais e locais,

entre notícias, entrevistas e participações em programas de informação, evidenciando a eficácia das ações desenvolvidas.

Rádio/PODCAST

A AEMinho reforçou a sua estratégia de comunicação institucional através da rubrica "**Negócios à Lupa pela AEMinho**", um podcast realizado em parceria com a **RUM – Rádio Universitária do Minho**. Em 2024 esta iniciativa decorreu entre julho e dezembro, num total de 26 episódios que contaram com a participação de 21 empresas da região, promovendo a partilha de boas práticas, casos de sucesso e reflexões sobre temas estratégicos para o tecido empresarial. Todos os episódios foram transmitidos pela RUM à quarta-feira às 10h15, com repetição às 15h00 e divulgados na sua página web e nas suas redes sociais. Na AEMinho os episódios foram disponibilizados integralmente no canal de *YouTube* e divulgados nas redes sociais, nomeadamente *LinkedIn* e *Facebook*, assegurando uma ampla disseminação dos conteúdos junto do público.

Redes Sociais

LinkedIn | 8727 seguidores

Foram criadas 198 publicações, com alcance de 372 037 pessoas e cerca de 8 210 interações.

Facebook | 3200 seguidores

Foram criadas 190 publicações, com alcance de 46 100 pessoas e cerca de 5 600 interações.

Instagram | 267 seguidores (página criada em junho de 2024)

Foram criadas 159 publicações, com alcance de 13 700 pessoas e cerca de 1000 interações.

Nas redes sociais, o crescimento e a consolidação da comunidade digital são igualmente expressivos, com destaque para os 8.727 seguidores no *LinkedIn*, 3.200 no *Facebook* e o início da presença no Instagram, com uma nova página criada em junho de 2024, que já demonstra potencial de crescimento. Este conjunto de ações confirma o posicionamento da AEMinho enquanto voz ativa, credível e influente no debate económico e empresarial do Minho e do país.

III. ÓRGÃOS SOCIAIS

A AEMinho é constituída pelos seguintes Órgãos Sociais, eleitos a 28 de maio de 2021, para o mandato 2021-2024:

- Assembleia Geral
- Conselho Geral
- Direção
- Conselho Fiscal

Constituição dos Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

José Teixeira | **Domingos da Silva Teixeira, S.A. – Braga**

Vice-Presidente

Ana Pinheiro | **Mundotextil - Indústrias Têxteis, S.A. – Vizela**

Secretária

Sílvia Pires | **João Pires Internacional Transportes – Viana do Castelo**

CONSELHO GERAL

Presidente

Ricardo Costa | **Grupo Bernardo da Costa - Braga**

Vice-Presidente

João Brito Martins | **E-Redes – Lisboa**

Membros do Conselho Geral:

José Teixeira | **Presidente da Assembleia Geral da AEMinho**

Ramiro Brito | **Presidente da Direção da AEMinho**

Helena Painhas | **Presidente do Conselho Fiscal da AEMinho**

António Cunha | **CCDR-N - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte**

António Manuel de Almeida-Dias | **CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário e Instituto Politécnico de Saúde do Norte**

António Rui Sousa Dias Amorim | **CITEVE - Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal**

Carlos Rodrigues | **IPVC - Instituto Politécnico de Viana do Castelo**

D. José Cordeiro | **Arquidiocese de Braga**

Domingos Bragança | **Conselho Intermunicipal (CIM) do Ave**

Fernando Santos | **Ordem dos Engenheiros**

João Redondo | **Universidade Lusíada e Fundação Minerva**

José Fernando Gomes Mendes

Mafalda Duarte | **ISAVE**

Manoel Batista | **Conselho Intermunicipal (CIM) do Alto Minho**

Maria José Fernandes | **IPCA - Instituto Politécnico do Cávado e Ave**

Paulo Dias | **Centro Regional de Braga da Universidade Católica Portuguesa**

Ricardo Jorge Silvério Magalhães Machado | **CCG - Centro de Computação Gráfica**

Ricardo Rio | **Conselho Intermunicipal (CIM) do Cávado**

Rui Enes | **Associado Honorário**

Rui Vieira de Castro | **Universidade do Minho**

DIREÇÃO

Presidente

Ramiro Brito | **Érre Technology (Grupo Érre) – Esposende**
COMISSÃO EXECUTIVA

1º Vice-Presidente

Ricardo Salgado | **DSTelecom, S.A. – Braga**
COMISSÃO EXECUTIVA

Vice-Presidente

Isabel Carneiro | **Isabel Carneiro**
COMISSÃO EXECUTIVA

Vice-Presidente

Gonçalo Pimenta de Castro | **ESFÉRIKEQUAÇÃO – Braga**
COMISSÃO EXECUTIVA

Vice-Presidente

Graciete Lima | **Infiniit Label – Fafe**
COMISSÃO EXECUTIVA

Vice-Presidente

Nuno Mota | **BiG – Banco de Investimento Global – Porto**
COMISSÃO EXECUTIVA

Vice-Presidente

Patrícia Santos | **Zome IT – Porto**
COMISSÃO EXECUTIVA

Vice-Presidente

João Almeida | **Encontre Formação – Ponte de Lima**
COMISSÃO EXECUTIVA

Vice-Presidente

Alexandra Feliz | **O Feliz - Metalomecânica, S.A. – Braga**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

António Brasil | **Pinto Brasil – Fábrica de Máquinas Industriais, S.A. – Guimarães**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

António Mendonça | **VINUSOALLERIUS, Lda. – Monção**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

António Rodrigues | **Controlsafe – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda.**
– **V.N. Famalicão**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Arminda Carmo | **Navarra – Extrusão de Alumínio, S.A. – Braga**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Carlos Jardim | **Bosch Car Multimédia Portugal, S.A. – Braga**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Elói Ferreira | **MTEX New Solutions, S.A. – V.N. Famalicão**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Graça Coelho | **Cachapuz – Weighing & Logistics Systems, Lda. – Braga**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Hélder Ventura | **Ambiflora Silvicultura e Exploração Florestal – Braga**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

João Almeida | **Têxteis J.F. Almeida, S.A. – Guimarães**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Joaquim Mota e Silva | **Vetor Dinâmico - Desenvolvimento de Pessoas e Organizações – Celorico de Basto**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Luís Ferreira | **Grupo IFT – Instituto de Formação e Transportes - Passos de Sá, Lda. – Viana do Castelo**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Luís Reis | **MECWIDE S. A. – Barcelos**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Luís Roby | **Érre LRB – Braga**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Mário Fernandes | **CASAIS – Engenharia e Construção, S.A. – Braga**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Miguel Soares | **M.S.N.F. Soluções Informáticas Lda. – V.N. Famalicão**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Óscar Veloso | **Veloso e Associados – Braga**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Paula Mainini | **FEMA Transportes Express & Logistics, S.A. – Vizela**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Pedro Machado | **FIRMAGO - Fundação de Alumínios, S.A. – Braga**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Samuel Costa | **Malhas Sonix S.A. – Barcelos**
DIREÇÃO ALARGADA

Vice-Presidente

Tiago Freitas | **Porminho Alimentação S.A. – V.N. Famalicão**
DIREÇÃO ALARGADA

CONSELHO FISCAL

Presidente

Helena Painhas | **Painhas S.A. – Viana do Castelo**

Vice-Presidente

Virgínia Abreu | **Crispim Abreu & Cª Lda. – Guimarães**

Relator

Mário Guimarães | **ROC – Braga**

ASSEMBLEIAS GERAIS

Conforme previsto nos estatutos da AEMinho, foram realizadas 2 Assembleias Gerais Ordinárias, uma a 30 de abril e outra de 12 de dezembro, ambas no auditório do IPCA de Braga, com uma presença expressiva de associados.



IV. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A direção informa que a AEMinho não apresenta dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos em situação de mora, nos termos do decreto-Lei n.º 554/80 de 7/11.

Nos termos dos art.ºs 208.º e 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2019, de 16/9, a direção informa que a situação da AEMinho perante a Segurança Social se encontra realizada, dentro dos prazos legais estabelecidos.

V. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Ente a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras e/ou divulgações no anexo.

VI. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Comissão Executiva em reunião realizada em 02 de abril de 2025.

VII. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A AEMinho apresentou um resultado líquido do período no valor de 48 923,76 €. A Direção propõe que o resultado líquido do período seja aplicado em reserva estatutária obrigatória (25%), no montante de 12 230,94 € e o restante, no valor de 36 692,82 €, em resultados transitados.

VIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2024	31/12/2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos intangíveis	4	208,26	887,62
Outros créditos e ativos não correntes	7	503,40	503,40
		<u>711,66</u>	<u>1.391,02</u>
Ativo corrente			
Créditos a receber	7	11.680,00	21.183,51
Associados	7	10.857,00	12.309,00
Estado e outros entes públicos	11	4.573,61	206,51
Diferimentos	11	1.877,37	1.531,63
Outros ativos correntes	7	2.083,19	122,52
Caixa e depósitos bancários	7	222.377,13	184.855,30
		<u>253.448,30</u>	<u>220.208,47</u>
Total do ativo		<u><u>254.159,96</u></u>	<u><u>221.599,49</u></u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	7	45.183,98	30.721,40
Resultados transitados	7	135.551,94	92.164,21
		<u>180.735,92</u>	<u>122.885,61</u>
Resultado líquido do período	7	48.923,76	57.850,31
Total dos fundos patrimoniais		<u><u>229.659,68</u></u>	<u><u>180.735,92</u></u>
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	7	2.904,24	7.240,22
Estado e outros entes públicos	11	3.211,79	2.541,47
Diferimentos	11	3.564,34	14.266,67
Outros passivos correntes	7	14.819,91	16.815,21
		<u>24.500,28</u>	<u>40.863,57</u>
Total do passivo		<u><u>24.500,28</u></u>	<u><u>40.863,57</u></u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u><u>254.159,96</u></u>	<u><u>221.599,49</u></u>

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31 de Dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	5	316 614,57	362 310,15
Subsídios, doações e legados a exploração	5, 6	-	5 546,44
Fornecimentos e serviços externos	11	(53 169,98)	(203 670,44)
Gastos com o pessoal	8	(810 605,19)	(96 022,55)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(230,00)	(3 079,00)
Outros rendimentos	5, 11	1767,97	282,18
Outros gastos	11	(4774,25)	(6 533,73)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		49 603,12	58 833,05
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	(679,36)	(982,74)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		48 923,76	57 850,31
Resultado antes de impostos		48 923,76	57 850,31
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período	7	48 923,76	57 850,31

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Período findo em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	Fundos Patrimoniais				Total Fundos Patrimoniais
		Reservas	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	Total	
Posição em 1 de janeiro de 2024	1	30 721,40	92 164,21	57 850,31	180 735,92	180 735,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios	2	14 462,58	43 387,73	(57 850,31)	-	-
		14 462,58	43 387,73	(57 850,31)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			48 923,76	48 923,76	48 923,76
RESULTADO INTEGRAL	4.2.2			(8 926,55)	48 923,76	48 923,76
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras operações	5	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2024	6.1.2.1.1.9	45 183,98	135 551,94	48 923,76	229 659,68	229 659,68

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Período findo em 31 de dezembro de 2023

RUBRICAS	NOTAS	Fundos Patrimoniais				Total Fundos Patrimoniais
		Reservas	Resultados transferidos	Resultado líquido do período	Total	
Posição em 1 de janeiro de 2023	1	-	24 313,74	98 571,87	122 885,61	122 885,61
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos próprios	2	30 721,40	67 850,47	(98 571,87)	-	-
		30 721,40	67 850,47	(98 571,87)	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			57 850,31	57 850,31	57 850,31
RESULTADO INTEGRAL	4.2.2			(40 721,56)	57 850,31	57 850,31
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras operações	5	-	-	-	-	-
Posição em 31 de dezembro de 2023	6.1.2.1.1.9	30 721,40	92 164,21	57 850,31	180 735,92	180 735,92

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31 de dezembro de 2024

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		322 268,39	260 342,83
Pagamentos a fornecedores		(175 896,17)	(213 737,61)
Pagamentos ao pessoal		(71 492,49)	(56 289,60)
Caixa gerada pelas operações		74 879,73	(9 684,38)
Outros recebimentos/pagamentos		(37 357,90)	(25 911,53)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		37 521,83	(35 595,91)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a			
Outros ativos		-	(105,45)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-	(105,45)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		37 521,83	(35 701,36)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	184 855,30	220 556,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	222 377,13	184 855,30

ANEXO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1 Denominação da entidade:** AEMINHO – Associação Empresarial do Minho (número de pessoa coletiva: 514 760 664).
- 1.2 Sede social:** “Edifício IPCA”, sito na Avenida Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4715-558, freguesia de Braga (S. José de S. Lázaro), concelho de Braga.
- 1.3 Natureza da atividade:** A AEMINHO – Associação Empresarial do Minho (“Associação” ou “AEMINHO”) é uma entidade com personalidade jurídica, sob a forma de associação de direito privado sem fins lucrativos, tendo iniciado a sua atividade no dia 28 de maio de 2021, com a realização da Assembleia Geral Constituinte.

O fim da AEMINHO é a promoção, a dinamização e a defesa da atividade empresarial na região do Minho, através, nomeadamente, da prestação de serviços às empresas e à comunidade empresarial do Minho, no âmbito das suas competências bem como a filiação ou a participação em parcerias com outras entidades privadas ou públicas que prossigam os mesmos objetivos ou objetivos conexos e/ou complementares. Com vista à prossecução do seu fim, a AEMINHO centra a sua missão na promoção e defesa da iniciativa empresarial como vetor essencial do desenvolvimento económico, social e cultural da região do Minho e no reforço da sua competitividade, bem como da sua resiliência, influência e dimensão.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Associação e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011, de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2011, de 29 de julho, nos termos do regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/211, de 9/3, republicado pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 2/6. No Anexo II do referido diploma, o SNC-ESNL é composto pelos seguintes instrumentos:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelo de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24/7;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23/7;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29/7; e
- Normas interpretativas (NI).

Estas demonstrações financeiras refletem as contas individuais da Associação, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Associação, foi utilizada a norma que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo (“NCRF – ESNL”), em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI), às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que a NCRF – ESNL não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Associação se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Associação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições da NCRF – ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF – ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Não se registaram alterações significativas do âmbito da atividade da Associação que possam prejudicar a comparabilidade dos itens das demonstrações financeiras ou colocar em causa a característica qualitativa das informações disponibilizadas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as seguintes bases de apresentação (BADF):

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de reduzir ou liquidar, consideravelmente, o nível das suas operações, ou seja, à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime de acréscimo (periodização económica)

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outros créditos a receber", "Outras dívidas a pagar" ou "diferimentos".

3.1.3 Consistência da Apresentação

As demonstrações financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os *stakeholders*.

3.1.4 Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5 Compensação

Dada a sua importância, os ativos e os passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

3.1.6 Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações, as políticas contabilísticas devem ser aplicadas de forma consistente ao longo do tempo.

3.2 Principais Políticas Contabilísticas

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da AEMINHO, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

i) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo).

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período a período, numa base duodecimal, de acordo com as vidas úteis estimadas.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de

aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam prontos para utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo apresentadas na demonstração dos resultados por natureza, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

ii) Imparidade de ativos

A Associação avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis” ou “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

iii) Instrumentos financeiros**i) Associados e outros créditos a receber**

As dívidas dos associados e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

As dívidas de terceiros são mensuradas ao custo deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são reconhecidas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo os reforços reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

As dívidas dos associados e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

ii) Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros, são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

iii) Passivos financeiros e fundos patrimoniais

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários, que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos e apresentados no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos e apresentados no ativo não corrente.

iv) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para fazer face a custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Associação como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos

seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Associação não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

v) Rédito

O rédito relativo a prestação de serviços, decorrente da atividade ordinária da Associação, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente à venda de bens e prestação de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método da percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não puder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso da prestação de serviços continuados, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

vi) Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios das entidades públicas são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Associação cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, no âmbito de programas de formação profissional ou de apoio à contratação) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios

à exploração" da demonstração dos resultados por naturezas do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos nos fundos patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

As doações são reconhecidas em rendimentos, exceto se se tratarem de ativos não correntes, em que é reconhecido um acréscimo dos fundos patrimoniais, garantido o balanceamento com os gastos respetivos.

vii) Imposto sobre o rendimento do período

A Associação é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC. As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

A Associação está isenta de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) no que diz respeito a rendimentos obtidos no exercício das atividades desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários, não

consideradas como de natureza comercial, industrial ou agrícola. Esta isenção não abrange, portanto, os rendimentos resultantes de atividades que se encontrem fora do âmbito dos fins estatutários.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Tributária durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas ao ano de 2021 a 2024 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que, das eventuais correções, venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados por naturezas do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados por naturezas na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos fundos patrimoniais, o efeito fiscal é também reconhecido nos fundos patrimoniais, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Nos termos da NCRF-ESNL, o imposto sobre o rendimento do período corresponde apenas ao imposto a pagar, não sendo reconhecidos impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias.

viii) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o

seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano. No caso da Associação, somente as férias são pagas durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Associação quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

b) Outras políticas contabilísticas

i) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Associação. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no Anexo.

ii) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Entidades participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

A Associação classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com a normalização contabilística em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF-ESNL, a Direção da Associação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

As estimativas de valores futuros que se justifiquem reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Associação no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras entidades do

sector, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Divulgações Sobre Ativos Fixos Tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Associação deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis médias:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil
Equipamento administrativo	3

a) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

2024

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	-	2.948,33	-	-	2.948,33
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	-	-	-	-	2.948,33	-	-	2.948,33
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	-	(2.060,71)	-	-	(2.060,71)
Adições	-	-	-	-	(679,36)	-	-	(679,36)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2024	-	-	-	-	(2.740,07)	-	-	(2.740,07)
QUANTIA ESCRITURADA	-	-	-	-	208,26	-	-	208,26

2023

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:								
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	-	2.948,33	-	-	2.948,33
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	-	2.948,33	-	-	2.948,33
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2022	-	-	-	-	(1.077,97)	-	-	(1.077,97)
Adições	-	-	-	-	(982,74)	-	-	(982,74)
Alienações e abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Retiradas	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2023	-	-	-	-	(2.060,71)	-	-	(2.060,71)
QUANTIA ESCRITURADA	-	-	-	-	887,62	-	-	887,62

4.2 Restrições, garantias e compromissos:

- a) Não existem restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivo;
- b) Não existem compromissos contratuais para a aquisição de ativos fixos tangíveis.

5. RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

5.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Associação reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Prestação de serviços** – reconhecidos com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço; no caso da prestação de serviços continuados (quotas), o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

5.2 Quantia e natureza de elementos de rendimentos:

Rendimentos	2024	2023
Prestação de serviços		
Quotas	259.599,33	257.210,49
Eventos	57.015,24	82.399,66
Donativos	-	22.700,00
Subsídios de entidades públicas	-	5.546,44
Outros	1.767,97	282,18
TOTAL RENDIMENTOS	318.382,54	368.138,77

6. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

6.1 Natureza e extensão dos subsídios reconhecidos nas demonstrações financeiras

Descrição	Natureza	2024			2023		
		Fundos patrimoniais	Passivo	Demonstração dos resultados	Fundos patrimoniais	Passivo	Demonstração dos resultados
IEFP - Estágios ATIVAR.PT	Relacionado com rendimentos	-	-	-	-	-	5.546,44
TOTAL		-	-	-	-	-	5.546,44

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

7.1 Bases de mensuração

É política da Associação reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Associação mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os seguintes instrumentos financeiros: (i) ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários, incluindo os em moeda estrangeira; e (ii) contratos para conceder ou contrair empréstimos. Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

7.2 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

	31.12.2024		31.12.2023	
	Custo ou custo amortizado	Imparidade acumulada	Custo ou custo amortizado	Imparidade acumulada
Ativos financeiros				
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)	503,40	-	503,40	-
OUTROS CRÉDITOS E ATIVOS NÃO CORRENTES	503,40	-	503,40	-
Quotas	10.857,00	-	12.309,00	-
Clientes de cobrança duvidosa	2.320,00	(2.320,00)	2.684,00	(2.684,00)
ASSOCIADOS	13.177,00	(2.320,00)	14.993,00	(2.684,00)
Clientes, c/c - Eventos	11.680,00	-	21.183,51	-
Clientes de cobrança duvidosa	395,00	(395,00)	395,00	(395,00)
CRÉDITOS A RECEBER	12.075,00	(395,00)	21.578,51	(395,00)
Devedores por acréscimos de rendimentos -				
Juros	1.766,67	-	-	-
Outros	316,52	-	122,52	-
OUTROS ATIVOS CORRENTES	2.083,19	-	122,52	-

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos financeiros	31.12.2024			31.12.2023		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Fornecedores, c/c	2.904,24	-	2.904,24	7.240,22	-	7.240,22
FORNECEDORES	2.904,24	-	2.904,24	7.240,22	-	7.240,22
Credores por acréscimos de gastos	14.693,91	-	14.693,91	15.282,21	-	15.282,21
Pessoal	-	-	-	120,00	-	120,00
Outros	126,00	-	126,00	1.413,00	-	1.413,00
OUTROS PASSIVOS CORRENTES	14.819,91	-	14.819,91	16.815,21	-	16.815,21

c) Caixa e depósitos bancários

Rubrica	31.12.2024	31.12.2023
Caixa:		
Caixa – EUR	61,66	50,62
	61,66	50,62
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem – EUR	22.315,47	184.804,68
Depósitos a prazo – EUR	200.000,00	-
	222.315,47	184.804,68
TOTAL	222.377,13	184.855,30

7.3 Fundos patrimoniais

Rubrica	31.12.2024	31.12.2023
Reservas	45.183,98	30.721,40
Resultados Transitados	135.551,94	92.164,21
Resultado líquido do período	48.923,76	57.850,31
TOTAL	229.659,68	180.735,92

8. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

8.1 Número de empregados no período

Número de empregados	2024	2023
Início do período	3	4
Fim do período	4	3
Média do período	4	4

8.2 Número de membros dos órgãos de direção

Número de membros dos órgãos de direção – Comissão executiva	2024	2023
Início do período	5	5
Fim do período	5	5
Média do período	5	5

8.3 Compromissos existentes em matéria de pensões

Não existem compromissos assumidos pela Associação em matéria de pensões em 31 de dezembro de 2024.

8.4 Membros dos órgãos de direção

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos:

Não foram concedidos adiantamentos ou créditos a membros da direção no período de 2024.

b) Remunerações

Os membros da Direção não auferiram quaisquer remunerações no âmbito das suas funções.

8.5 Gastos com o pessoal

Rúbrica	2024	2023
Remunerações		
Salários	77.109,14	63 615,14
Subsídio de alimentação	6.139,00	5.579,00
Prémios	6.440,20	8.856,80
Ajudas de custo	20,72	215,26
Encargos com a segurança social	18.640,46	16.259,59
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	677,79	376,26
Gastos de ação social	467,30	-
Outros gastos com o pessoal	1.110,58	1.120,5
TOTAL	110.605,19	96.022,55

9. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

9.1 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Comissão Executiva no dia 2 de abril de 2025.

9.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos às quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras e/ou divulgações no presente Anexo.

10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- **Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro:**

A Associação não está em mora no pagamento de contribuições e impostos ao Estado em 31 de dezembro de 2024, nem à presente data.

- **Art.ºs 208.º e 210.º do Código Contributivo:**

A Associação não tem dívidas vencidas e em mora à Segurança Social em 31 de dezembro de 2024, nem à presente data.

11. OUTRAS DIVULGAÇÕES

11.1 Operações contratadas com partes relacionadas

Face à definição de parte relacionada constante da NCRF 5, a Direção da Associação entende que são consideradas partes relacionadas da AEMINHO as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, direta ou indiretamente, das suas atividades, ou seja, os membros dos órgãos sociais com poder de influência sobre a gestão e com cargos de chefia, designadamente os membros da direção, com funções executivas.

a) Quantias das operações e natureza da relação com a parte relacionada

Entidade	Natureza	Saldo 31-12-2024	Transação 2024
Ramiro Brito	Redébito de Despesas	80,00	80,00
Ricardo Salgado	Redébito de Despesas	80,00	80,00
Gonçalo Pimenta de Castro	Missão Empresarial Kosovo	0,00	965,96
Isabel Carneiro	Jantar debate	0,00	30,00
Nuno Mota	-	0,00	0,00
Graciete Lima	-	0,00	0,00
Patrícia Santos	-	0,00	0,00
João Pinho de Almeida	Redébito de Despesas	80,00	80,00

Entidade	Natureza	Saldo 31-12-2023	Transações 2023
Ricardo Costa	-	-	-
Ramiro Brito	-	-	-
Gonçalo Pimenta de Castro	Bilhetes vários eventos	100,00	190,00
Ricardo Salgado	-	-	-
Isabel Carneiro	-	-	-

Os montantes acima indicados não incluem as quotas de associados suportadas individualmente, quando aplicável, pelos membros da comissão executiva

b) Outras informações – Operações contratadas com associados e com a direção

Não existem operações contratadas com associados nem com a direção da Associação.

11.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

a) Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Rubrica	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.573,61	206,51
TOTAL ATIVO	4.573,61	206,51

Rubrica	31.12.2024	31.12.2023
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	946,65	1.042,00
Contribuições para a Segurança Social	2.265,14	1.499,47
TOTAL PASSIVO	3.211,79	2.541,47

i) Diferimentos

Gastos a reconhecer	31.12.2024	31.12.2023
Seguros	2,16	258,54
Trabalhos especializados	541,43	-
CEGID Software	1.297,58	1.239,89
Rendas e alugueres	36,20	33,20
TOTAL ATIVO	1.877,37	1.531,63

Rendimentos a reconhecer	31.12.2024	31.12.2023
Quotas	3.564,34	14.266,67
TOTAL PASSIVO	3.564,34	14.266,67

ii) Fornecimentos e serviços externos

Rubrica	2024	2023
Subcontratos		
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	19.445,38	16.291,13
Publicidade e propaganda	2.829,00	6.765,00
Honorários	7.380,00	7.495,00
Comissões	68,08	-
Serviços bancários	295,58	450,13
Materiais		

Rubrica	2024	2023
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	218,30	9,19
Material de escritório	673,90	437,88
Artigos de oferta	7.915,09	31.728,25
Energia e fluídos	4.200,75	2.992,44
Combustíveis		
Deslocações, estadas e transportes	1.934,57	2.181,14
Deslocações e estadas		
Serviços diversos	15.278,16	15.201,28
Rendas e alugueres	1.961,69	1.891,73
Comunicação	147,15	155,11
Seguros	250,00	-
Contencioso e notariado	1.433,45	4.592,61
Despesas de representação	168,79	74,4
Limpeza, higiene e conforto		
Outros	88.827,28	112.435,21
Organização de Eventos	142,80	969,94
Outros		
TOTAL	153.169,98	203.670,44

iii) Outros rendimentos

Rubrica	2024	2023
Diferenças de câmbio favoráveis	-	69,95
Outros	1.767,97	212,23
TOTAL	1.767,97	282,18

iv) Outros gastos

Rubrica	2024	2023
Impostos	6,34	9,22
Outros:		
Donativos	750,00	1.495,00
Quotizações – CIP	3.740,00	3.240,00
Outros	277,91	1.789,51
TOTAL	4.774,25	6.533,73

11.3 Auditor Externo

Os honorários do auditor externo (revisor oficial de contas) em 2024 ascenderam a 1.600 euros (IVA excluído), referentes exclusivamente a serviços de auditoria às contas.

IX. PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exm^{as}. Srs. Associados:

1. Nos termos das disposições estatutárias, nomeadamente da alínea a), do n.º 3, do art.º 48.º dos Estatutos, cumpre ao Conselho Fiscal emitir parecer sobre o Relatório e Contas apresentado pela Direção da AEMINHO – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO MINHO, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente aperturado as contas e a gestão da AEMINHO.

3. Análiseamos o teor do Relatório de Auditoria, datado de 22 de abril de 2025, com opinião não modificada (sem reservas) e sem anotações, emitido pelo Revisor Oficial de Contas, Rui Manuel Neves Martins, em representação de Santos Vaz, Trigo da Moraes & Associados, SROC, Lda, o qual mereceu a nossa concordância.

4. Face ao exposto, e considerando que:

4.1. O Relatório e Contas e a contabilidade que o suporta caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições estatutárias; e

4.2. Se preceber as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo a Direção e os Serviços da AEMINHO apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal é do parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove o Relatório e Contas do período de 2024, tal como foi apresentado pela Direção, e

b) Aprove a aplicação de resultados proposta pela Direção.

5. Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer à Direção e aos Serviços da AEMINHO, bem como à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela auditoria às contas, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 25 de abril de 2025.

O CONSELHO FISCAL,

Glória Helena Leão Felgueiras Pinhas (Presidente):

Virgínia Preciosa Pestosa de Abreu (Vice-Presidente):

Mário da Cunha Guimarães (Relator):

Assinado por: Glória Helena Leão Felgueiras Pinhas

Particular

Número de Verificação: 011681008

Data: 25-04-2025 16:44:20 - 01/00



Trabalho feito em:

0000

Assinado por: Mário da Cunha Guimarães

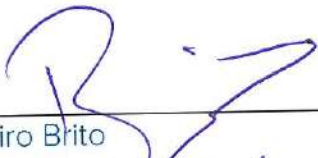
Número de Verificação: 100881001

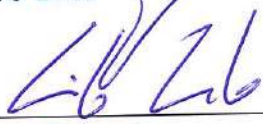
Data: 2025-04-25 16:19:16 - 01/00

Braga, 2 de abril de 2025

A Comissão Executiva

O Contabilista Certificado

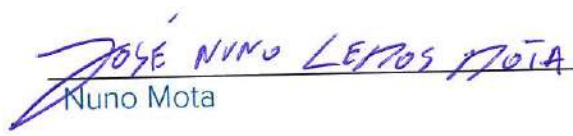

Ramiro Brito


Ricardo Salgado


Isabel Carneiro


Gonçalo Pimenta de Castro


Graciete Lima


Nuno Mota


Patrícia Santos


João Almeida

X. RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da AEMINHO - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO MINHO (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024, (que evidencia um total de 254 160 euros e um total de fundos patrimoniais de 229 660 euros, incluindo um resultado líquido do período de 48 924 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da AEMINHO - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DO MINHO em 31 de dezembro de 2024, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TEL: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA DROC SOB O N.º 158 E NA SVTM SOB O N.º 2016465 - CAPITAL SOCIAL 616.000,00 - NIPC 504 095 664

Socios: Soc. Unão de Bateria e Associação DROC Lda. sociedade à cargo de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade, responsabilidades estas entendidas no âmbito geral das competências de fiscalização, ainda que não expressamente previstas nos Estatutos.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TEL: +351 22 5035 93 /1 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA OROC SOB O N.º 155 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15000,00 - NIPC 504 036 664

Sócio: Vaz, Teófilo de Moura & Associados, SROC, Lda pertence a rede de entidades membros da HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

2/3



SVTM

SOCIEDADE DE REVISORES GERAIS DE CONTAS

AEMINHO
Relatório de Auditoria
31 de dezembro de 2024

demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 22 de abril de 2025

Rui Manuel Neves Martins

SANTOS VAZ, TRIGO DE MORAIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por Rui Manuel Neves Martins

(ROC n.º 1975 e registado na CMVM com o n.º 20200021)

www.hlb.svtm.pt

Rua da Alegria, 785 - E14 | 4000-047 PORTO - Portugal

TEL: +351 22 903 93 71 EMAIL: geral@hlb.svtm.pt

INSCRITA NA SROC SOB O N.º 185 E NA CMVM SOB O N.º 20161465 - CAPITAL SOCIAL €15.000,00 - NIPC 504 096 664

Santos Vaz, Trigo de Moraes & Associados, SROC, LDA, pertence à rede de entidades membros de HLB International Limited, cada uma das quais é uma entidade fiscal autónoma e independente.

Handwritten signatures and initials in blue ink, arranged vertically.



AEMinho

Associação
Empresarial
do Minho